



## Assembleia de Freguesia de Oiã

Quadriénio 2013-2017

### ATA NÚMERO ONZE

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia da Freguesia de Oiã, nos termos do Regimento em vigor, para a realização de uma Assembleia Ordinária, conforme convocatória oportunamente enviada.-----

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, e depois de cumprimentar os membros da Assembleia, do executivo e o público presente, verificou a existência de quórum, informando a substituição dos seguintes membros: Srº Amílcar Pereira substituído por Srº Bruno Seabra, Srº Alexandre Oliveira substituído por Srº Valter Matos.-----

Mais informou o presidente da mesa que não lhe foram trazidos quaisquer outros assuntos dirigidos à presente assembleia, para além dos constantes na convocatória. -----

Nesta sequência deu início à Ordem de Trabalhos, começando pelo período “Antes da Ordem do Dia”, ponto nº1, “Leitura e ratificação da ata da sessão anterior”. -----

Não tendo havido intervenções, foi a mesma posta a votação, tendo sido aprovada por maioria, presente as substituições de elementos verificadas. -----

De seguida deu início ao Ponto nº 2 de “Antes da ordem do dia” relativo à atividade da junta de Freguesia no período de 18/09/2015 até 18/11/2015”, tendo concedido a palavra ao presidente do executivo para sua explanação.-----

No uso da palavra o presidente do executivo saudou o presidente da mesa e os membros da assembleia e explicou a atividade executada no período referido, nos termos apresentados no documento previamente enviado, tendo-se ainda mostrado disponível para melhor esclarecer a assembleia no que esta pudesse entender pertinente.-----

O membro Sérgio Lopes, após cumprimentar todos os presentes, interrogou o executivo sobre questões relacionadas com a piscina do parque do Vieiro, pretendendo saber o que estaria a ser feito, ou programado, para aquela instalação. Questionou ainda o executivo sobre o que estaria a

ser feito ou fosse do conhecimento da Junta nesta matéria, nomeadamente por via do Conselho Municipal de Segurança e, neste contexto, perguntou ainda se poderia ter acesso a alguns desses dados, atualizados, para consulta. -----

Sem outras intervenções no momento, e antes de passar a palavra ao presidente do executivo, o presidente da assembleia informou o membro Sérgio Lopes, ausente na última sessão, de que tal assunto foi ali amplamente discutido. No entanto, entendeu, nunca sendo demais discutir os assuntos de interesse da freguesia, dar continuidade à discussão, passando a palavra ao executivo.

Em resposta o presidente do executivo começou por retorquir à questão da segurança, e disse estar em contato estreito com a GNR de Oliveira do Bairro. Mais informou que, tendo-se atravessado um período de relativa acalmia nos últimos tempos, este foi interrompido no último fim de semana, com alguns incidentes, dos quais resultou já a identificação de uma pessoa a quem foi atribuída a responsabilidade. Mais informou não ter dados atualizados sobre a criminalidade da freguesia, e do concelho, normalmente discutidos em Conselho Municipal de Segurança, e nessa sede distribuídos pela Câmara Municipal, estando a aguardar pela convocatória para uma reunião desse Conselho, onde espera se venha a conhecer tal informação. Ainda relativamente à questão da piscina do parque do Vieiro respondeu, dizendo estar o assunto a ser acompanhado pelo executivo, tendo a empresa responsável pela sua reparação recolhido amostras da tinta descascada para análise laboratorial, de modo a certificar responsabilidades, se do produto se da sua aplicação ou outra. Mais afirmou estar a fazer pressão frequente sobre a empresa para a rápida resolução do caso, consciente de que as condições em que se encontra aquele equipamento não serem as melhores. Também lembrou, apesar disso, que os trabalhos contratados, por não terem sido bem executados, se encontram pendentes de pagamento, em 50%. -----

Não havendo outras intervenções o presidente da mesa passou à “Ordem do Dia” da convocatória, propondo a apresentação e votação do ponto nº1, relativo às grandes opções do plano e orçamento de 2016 e respetivo mapa de pessoal, tendo para isso passado a palavra ao presidente do executivo. -----

O presidente do executivo referiu, consciente que orçamentar é uma tarefa previsional, duas dificuldades acrescidas na concretização do orçamento ali apresentado: uma relativa à incerteza existente sobre o orçamento do estado para 2016, que afeta diretamente o fundo de financiamento das freguesias, esperando-se eventual decréscimo, e outra derivada do resultado do IMI, quer pela diferente aplicação de taxas quer por eventuais alterações de política nacional sobre a matéria. Sendo duas das maiores fontes de receita da Junta de Freguesia, disse, é de esperar que qualquer alteração nestas fontes de financiamento acarrete importante alteração do orçamento da Junta de Freguesia de Oiã. Em qualquer caso, referiu, não havendo quaisquer

indicações superiores, o presente orçamento foi construído partindo dos valores arrecadados em 2015 para o caso do FEF e na média dos últimos dois anos para o caso do IMI. Ainda, e de modo a fornecer uma explicação mais detalhada à assembleia, solicitou e passou a palavra ao membro do executivo Licínia Caldeira.-----

Após cumprimentar todos os presentes, Licínia Caldeira explicou pormenorizadamente os documentos apresentados a discussão e aprovação, acentuando a preocupação ali refletida de prestação de serviço público, de qualidade e rigor, a favor da freguesia e dos seus fregueses.-----

Ainda fazendo uso da palavra, o presidente do executivo acrescentou à explicação deste ponto informação relativa ao mapa de pessoal apresentado, refletindo as preocupações e anseios já antes discutidos em assembleia, relativos ao pessoal ao serviço da Junta, referindo ter acrescentado mais um lugar àquele mapa, desta forma precavendo o futuro funcional daquela instituição, seja por razões de acréscimo espectável de serviço, função de novas responsabilidades que se espera venham a ser atribuídas às Juntas de Freguesia, seja por outras razões, de qualidade de serviço prestado ou de substituição e rejuvenescimento do quadro de pessoal afeto. -----

Acentuando as dificuldades de criação do presente orçamento referidas, quer pelo presidente do executivo quer pela Licínia Caldeira, e usando do seu conhecimento de causa, o presidente da assembleia lembrou a dificuldade vivida no momento, originada pela inexistência de orçamento de estado e das necessárias linhas orientadoras, em matéria diretamente ligada à execução financeira pública, que em muito afetam a tarefa dos gestores de dinheiros públicos, a começar na realização dos seus orçamentos privativos. Não podendo, no entanto, as instituições deixar de servir, referiu parecerem-lhe bastante ajustadas as opções seguidas na construção do orçamento apresentado, tendo de seguida passado a palavra à assembleia para pronúncia sobre o mesmo. ---

Tomando da palavra, o membro Sérgio Lopes referiu ter apenas uma questão, colocando em causa, por referência comparativa entre o orçamentado e o executado em 2015 com as comemorações da elevação de Oiã a Vila, o valor de 2000€ atribuído pelo executivo à construção da casa mortuária de Oiã, obra que considerou a mais importante da freguesia nos últimos tempos, por entender diminuto. Mais referiu, em nome da bancada do PSD na assembleia de freguesia, reconhecendo a legitimidade do executivo na apresentação daquele orçamento, bem como a sua adequação ao programa proposto a votação popular pela equipa do atual executivo, que não sendo essas as opções da equipa que liderou nas mesmas eleições, apenas lhes restava a hipótese de se absterem.

Em resposta o presidente do executivo referiu compreender a posição e a justificação de voto apresentada pelo membro Sérgio Lopes, referindo, no seu entender, que compete a quem gere, no caso fruto de eleições, propor e executar da forma que entende mais ajustada as suas opções de governação. Mais referiu, no que concerne ao valor atribuído à construção da casa mortuária,

ser também um desses casos. Sendo o orçamento da Junta limitado, limitada e ajustada terá também de ser a atuação da Junta. Sobre os custos das comemorações referiu que a dimensão atingida pelo evento originou um custo superior ao inicialmente esperado, estando atento à situação, e estando já a preparar as comemorações de 2016 noutros moldes, incluindo uma parceria com a Câmara Municipal na co-realização de uma Feira Barroca. Aproveitou ainda a ocasião para informar que, no contexto da cooperação associativa, tem feito um enorme esforço a exaltar as forças vivas da freguesia, com resultados muito positivos por parte de umas, mas sem a desejada comparência de uma parte importante daquelas, nas reuniões e eventos organizados. Pretende uma forte participação das associações da freguesia nestas próximas comemorações, e na Feira Barroca, e está já a organizar reuniões preparatórias para o efeito, disse.-----

Terminando, realçou ainda um aspeto orçamental que julga deveras importante e que não foi focado por nenhum dos presentes até ao momento, referindo que os custos com pessoal previstos, em linha com a execução de 2015, apontam para um peso de cerca de 22% do total de custos da Junta, valores que se distinguem da maioria das restantes, onde tais valores atingem 40% e mais do total dos custos. Mais referiu que tal é conseguido sem que se sacrifiquem os trabalhos a realizar, conseguindo manter 17 trabalhadores em atividade constante.-----

Devolvida a palavra à assembleia, foi solicitada intervenção pelo membro Rui Barroco, tendo-se referido à aquisição da carrinha de transporte misto para a Junta, necessidade que também reconheceu, mas que, no seu entender, deveria ter sido adquirida em estado de novo, por oferecer mais garantias e naturalmente maior longevidade.-----

Suscitada resposta ao presidente do executivo, este referiu que abordaria o assunto no ponto seguinte, exatamente referente à aquisição do veículo.-----

Não havendo outras intervenções, passou o presidente da mesa ao ato de votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com as abstenções da bancada do PSD e do PS.-----

Passou-se de seguida à apresentação e votação do ponto nº2 da ordem do dia, relativo ao inventário da Junta de Freguesia, para tomada de conhecimento.-----

O presidente do executivo, na sua apresentação, referiu tratar-se de uma atualização da listagem já inventariada, fruto dos trabalhos em curso, para acompanhamento pela assembleia, mais referindo esperar, ainda durante o ano de 2015, proceder ao registo de alguns terrenos, entre outros bens cujo levantamento já foi feito.-----

O presidente da mesa passou a palavra à assembleia, embora tratando-se de assunto apenas para tomada de conhecimento, para que esta pudesse pronunciar-se, não se tendo verificado intervenções. -----

Seguindo a ordem de trabalhos, passou a Assembleia a apreciar o ponto nº 3 da ordem do dia, relativo à apresentação, apreciação e votação da proposta nº 18/2015 do executivo, tendo o

presidente do executivo passado à sua explanação. O presidente do executivo explicou a proposta, que assenta na aquisição de uma carrinha de transporte misto, para materiais e pessoas, atentos no numero de trabalhadores ao serviço da freguesia, ainda acrescentado por um outro conjunto de pessoas a desenvolver trabalho comunitário, como forma de penalização por algum ato ilícito cometido, forçando à constituição de um elevado numero de equipas, entre três e quatro, e conseqüentemente a uma maior agilização dos meios de transporte afetos. Em resposta a anterior questão colocada pelo senhor Rui Barroco, o senhor presidente do executivo referiu, acentuando, que a aquisição de um veículo em estado de novo comportaria maiores custos, e conseqüentemente maior desvalorização, num contexto em que mais do que a distância a percorrer, é importante a disponibilidade do veículo. Mais referiu o bom estado geral da carrinha, e a sua boa relação no transporte de passageiros, podendo transportar até sete pessoas, e de carga. Tal aquisição permite ainda suplantar dificuldades acrescidas, quando outra das viaturas existentes possa estar avariada, referiu. Mais informou, ainda, saber não ser legalmente necessário trazer este assunto à assembleia, porquanto a decisão do executivo seria necessária e bastante para a sua compra, conforme Artº 9º da Lei 75/2013. No entanto, disse, sendo entendimento de que a viatura não é do executivo, mas da freguesia, esperando-se que a mesma subsista mesmo a posteriores executivos, é também entendimento da equipa executiva que a aquisição da mesma seja colocada à consideração da assembleia.-----

Neste ponto o presidente da mesa passou a palavra à assembleia, tendo o senhor Sérgio Lopes, no seu uso, referido, a título de pequeno apontamento, que das carrinhas existentes no parque automóvel da Junta, a Nissan tem quase 25 anos e que a Ford é de 1997, tendo sido diretamente comprada, usada, a uma empresa em dificuldades e por um baixo valor. Neste contexto questiona se, face à necessidade que reconhece e à avaliação do negócio apresentado, colocar a formalidade aquisitiva de um “caderno de encargos” possa inviabilizar ou dificultar o negócio. - O presidente do executivo, em resposta, referiu ser seu entendimento que a apresentação de um caderno de encargos e o cumprimento da Lei, nas circunstâncias, não é impedimento de uma boa aquisição. Mais disse ter avaliado mais 3 ou 4 viaturas, incluindo uma com caixa de carga basculada, pertencente a uma leiloeira, mas cujos valores eram superiores, e o estado geral das viaturas era comparativamente pior, referindo e acentuando, à contrário, o bom estado geral da viatura em referência. -----

Não havendo mais intervenções, o presidente da assembleia referiu, por experiência profissional, a obrigatoriedade da Junta de Freguesia proceder à contratação pública por via da aplicação do código dos contratos públicos, vertido na lei 18/2008, pelo qual, qualquer aquisição de bens e serviços acima de 5.000€ obriga a um procedimento, podendo ser de ajuste direto simplificado, com convite a várias entidades, até ao limiar de 75.000€, valor acima do qual o procedimento a seguir deve ser de concurso público. Mais disse que apenas para

aquisições abaixo de 5.000€ se pode recorrer à figura do “ajuste direto simplificado”, que consiste numa aquisição simplificada, procedimentalmente sustentada apenas pela entrega, por parte do fornecedor, de fatura ou documento equivalente. Também se referiu à questão da necessidade, ou não, de se trazer a assembleia, para aprovação prévia, a aquisição de bens, referindo ser obrigatório para o caso dos bens imóveis, não o sendo para bens móveis. Independentemente disso, referiu ainda, é também seu entendimento, a bem da transparência na gestão, que sejam dadas a conhecer à assembleia questões materialmente relevantes, como é o caso. -----

Presente a situação e não havendo oposição da assembleia, foi o ponto colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Passou-se de seguida à apresentação do ponto nº4 da ordem do dia, relativo à apresentação, apreciação e votação da proposta nº 19/2015 do executivo, referente ao regulamento e tabela de taxas da autarquia, que por imposição legal terá de ser revisto pelo menos com periodicidade anual, tendo sido dada a palavra ao presidente do executivo para sua explanação. -----

O presidente da junta explicou a alteração ao regulamento nos seus Artºs 6º e 9º, fruto de alterações legais ainda não vertidas naquele preceituário, em matérias de aplicação de imposto de selo e de reconhecimento de isenções. Referiu também algumas pequenas alterações de taxas, destacando a da transmissão de sepulturas, aqui de novo lembrando o trabalho que anda a ser feito no levantamento de propriedade destas; a inclusão das taxas do Mercado de Oiã, já antes aprovadas pela assembleia, mas existentes em tabela separada; e ainda o acrescento de novas taxas, devidas ao uso de salas e espaços propriedade da Junta. Terminou disponibilizando-se para responder a quaisquer questões que a assembleia pretende-se colocar. – Passada a palavra à assembleia e não havendo participação desta, foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do membro Rui Barroco. -----

Seguindo a ordem de trabalhos, passou a Assembleia a apreciar o ponto nº 5 da ordem do dia, relativo à apresentação, apreciação e votação da proposta nº 20/2015 do executivo, relativa à cedência de dois terrenos propriedade da Junta ao Grupo Desportivo de Águas Boas, tendo o presidente da mesa passado a palavra ao presidente do executivo para as necessárias explicações. -----

O presidente do executivo disse tratar-se de assunto já antigo e do conhecimento da Junta, que se prende com a existência de terrenos junto ao espaço desportivo daquela associação, já por estes usado, com autorizações bastante anteriores, embora informais, e que agora, fruto das obras ali realizadas e da necessária legalização do complexo desportivo, se torna necessário formalizar, podendo ser pela figura de cedência do espaço propriedade da Junta, caso a assembleia o aprove. Mais foi apresentada uma clausula de reversão da cedência referida, que se aplicará caso ocorra a extinção Grupo Desportivo de Águas Boas. -----

Dada a palavra à assembleia e não se tendo verificado qualquer intervenção, foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

De seguida passou a Assembleia a apreciar o ponto nº 6 da ordem do dia, relativo à apresentação, apreciação e votação da proposta nº 21/2015 do executivo, relativa à constituição de propriedade horizontal do edifício onde se encontra a sede da Junta. -----

Foi dada a palavra ao presidente do executivo para explicação da proposta, tendo este referido ser do conhecimento geral que o edifício onde se encontra a sede da Junta é todo propriedade da Câmara Municipal, bem como da pretensão, já várias vezes discutida em assembleia, de se proceder ao registo de propriedade, da parte que cabe à Junta de Freguesia de Oiã. Feitos os necessários estudos e trabalhos prévios, disse, vem agora o executivo da junta, em coordenação com o executivo municipal, apresentar uma proposta de definição de espaços, a que corresponderá esta constituição de propriedade horizontal, para se operar depois as restantes fases de transmissão e registo de propriedade já discutidas nesta assembleia. Mais referiu ser ainda necessário, depois, regulamentar o uso e distribuição de custos para os espaços conjuntos, conferindo regras de condomínio, situação que, a seu tempo, será também analisada e discutida. Referiu finalmente, que associada à transmissão em discussão, existe uma outra, respeitante ao mesmo acordo com o município, que se prende com a cedência do campo de futebol de sete da Silveira, e que teve por base a procura de um equilíbrio financeiro, na distribuição de verbas entre a Câmara e as diversas Juntas de Freguesia.-----

Dada a palavra à assembleia e não se tendo verificado qualquer intervenção, foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Dando seguimento à ordem de trabalhos, passou a assembleia a apreciar o ponto nº 7 da ordem do dia, relativo à apresentação, apreciação e votação da proposta nº 22/2015 do executivo, relativa à venda de um terreno nos Pousios ao senhor Manuel Dias da Silva. -----

O presidente do executivo começou a explicar a proposta, referindo ter o assunto já sido discutido numa assembleia anterior. Explicou ser assunto já bastante antigo, vindo de executivos anteriores e com alguns focos de conflito, inclusive com vizinhos, que entretanto se conseguiram ultrapassar, chegando a um primeiro acordo de princípio, que passa pela venda de uma parte do terreno da Junta, para regularização do licenciamento camarário da habitação ali existente, ficando ainda a outra parte no domínio público, nos termos do plano apresentado na documentação. -----

O presidente da assembleia solicitou a intervenção desta no assunto em discussão, tendo o membro Rui Barroco referido que, partindo do princípio que se estava perante a tentativa de regularização de uma situação dolosa, não poderia deixar de manifestar a sua discordância. -----

O presidente da assembleia também referiu ter alguns pruridos com a situação, que lhe deixa algum incómodo, mas reconhece também que, sendo assunto tão velho e já tendo causado

vários conflitos, acaba por ser feliz o acordo alcançado, apaziguando e resolvendo assim um problema que era também da freguesia. -----  
Não havendo outras intervenções, foi o ponto colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com o voto contra do senhor Rui Barroco. -----  
Passou-se, entretanto, a apreciar o ultimo ponto da ordem do dia, relativo à apresentação, apreciação e votação da proposta nº 23/2015 do executivo, relativa

De seguida, dando continuidade à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa declarou aberto o “Período de Intervenção aberto ao Público”, tendo-se verificado a intervenção do Sr. Carlos Arrais, que depois de cumprimentar todos os presentes demonstrou o seu agrado, parabenizando a assembleia e o executivo, pela realização deste tipo de assembleias descentralizadas, permitindo um enfoque nos problemas mais locais, em concreto e desta feita no lugar da Pedreira, afirmando ainda ser a população da Pedreira gente trabalhadora, amiga e que bem sabe receber quem os visita. Nessa linha referiu como sua principal preocupação, enquanto habitante da Pedreira, mas também como freguês de Oiã, o que verifica ser a perigosidade diária a que se sujeita quem circula na estrada Palhaça-Malhapão, pelo tipo e quantidade de tráfego que ali circula, principalmente para quem o faz a pé ou de bicicleta, formas de deslocação ainda muito usadas hoje em dia, talvez mais que em tempos não muito longínquos, pela percepção que a população vai tendo em matéria de saúde física que daí possa advir. Perguntou então, a esse respeito, percebendo a preocupação do executivo já demonstrada com estes aspetos naquele e noutros fóruns, o que, em concreto, estaria a ser feito, ou poderia ser feito pela junta de freguesia, mormente junto do executivo municipal, reconhecendo ser aquele o primeiro responsável pela rede viária e pelas condições de circulação de pessoas e veículos naquela via. Terminou referindo ainda, por comparação com outras assembleias que já incorporou, quer de freguesia quer municipais, como nota de agrado pessoal, fruto também de conversa prévia havida com o presidente da assembleia, que a duração comedida das assembleias, e que ali verificou, a seu ver, só as dignifica, porquanto revelam da preparação prévia realizada pelos seus elementos, discutindo-se apenas o essencial, sem desvalorizar a participação de todos, possibilitando assim evitar longas discussões, muitas vezes infrutíferas e, até, eventualmente sem sentido. Desta forma, disse, todos poderão beneficiar, inclusivamente o público, porquanto mais fácil e rapidamente lhe é permitida a intervenção.-----

O presidente da assembleia, partilhando as preocupações com a segurança rodoviária apresentadas, quer pela necessidade de implantação de passeios e passadeiras, quer por outras formas de intervenção, referiu, em género de resposta ao Sr. Carlos Arrais, saber serem estas questões preocupação forte do executivo da junta, mas também suas, já por si várias vezes



referidas noutras assembleias e mesmo em cerimónia pública, na qual se dirigiu ao Sr. presidente da câmara municipal, em referência ao assunto, tendo particularizado exatamente o que entende serem os três principais eixos viários da freguesia a necessitar de uma forte requalificação, de acessos, pavimentos, encaminhamento de águas pluviais e passadeiras, sendo a estrada Palhaça-Vila Verde em referência, a estrada Palhaça-Oiã e a estrada Troviscal-Oiã. Em resposta, referiu, o Sr. Presidente da Câmara disse que o gabinete de estudos da CMOB estaria a trabalhar na requalificação do troço da rotunda de Águas Boas até à Igreja de Oiã, e que as pessoas não deveriam usar as bermas da estrada para fazer caminhadas, antes deveriam fazê-lo em zonas próprias, mais não fosse em torno dos campos de futebol existentes e disponíveis. Passou ainda a palavra ao presidente do executivo para, na esfera do próprio executivo, explicar ao Sr. Carlos Arrais quais tem sido as suas ações nesta matéria. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta referiu, respondendo, que a vontade de realizar assembleias de freguesia fora da sua sede é muita, porque se percebe e espera maior intervenção da população, mesmo até mais vontade e à vontade de e na intervenção, mas que nem sempre é possível realizá-las desta forma, atentos vários constrangimentos, eles próprios regimentalmente acautelados, nomeadamente nos casos das assembleias de preparação de orçamento e de prestação de contas. Sobre a questão das vias de circulação da freguesia, com particular destaque para aquelas já referidas, informou ter sempre apresentado essas preocupações ao executivo municipal, fazendo-as sempre constar das várias reuniões que vão realizando e dos diversos memorandos que em torno dessas reuniões se vão escrevendo. Mais referiu perceber, por vezes, falta de tempo ou disponibilidade do executivo municipal para reunir mais vezes sobre estes grandes temas, embora tendo sempre encontrado boa receção e espírito de entejuda no tratamento de questões mais concretas, em particular manifestados pelos Srs. Presidente e Vice Presidente da Câmara. Mais disse, que por si e a partir do dia em que ganhou as eleições, se disponibilizou de corpo e alma, a tempo inteiro, para a freguesia e para os fregueses, sem olhar a partidos, referindo que muito gostaria todos pudessem fazer e dizer o mesmo. Disse conhecer bem as estradas e os caminhos da freguesia, pois circula diariamente por eles, fazendo mesmo questão de desviar a sua rota, quando em determinada deslocação, mesmo a título pessoal, para ir à padaria ou a qualquer outro sítio, se lembra que já não passou em determinado local há algum tempo. Mesmo não sendo sua competência direta, referiu, a junta de freguesia sempre estará disponível para ajudar, participando mesmo ativamente, como já o fez, na resolução de questões que são competência da Câmara. Mais disse que o caderno de encargos que mantém junto da edilidade contém cerca de trinta pontos, dos quais constam os três eixos estruturantes e as suas debilidades ali referidas, esperando voltar a reunir brevemente com o Sr. Presidente da Câmara para voltar a discutir essas reivindicações, em nome da freguesia de Oiã. Terminou a sua intervenção agradecendo a presença de todos, com uma saudação especial à

ACUREP e ao seu presidente, pela disponibilização das suas instalações, e pela recepção desta assembleia. -----

Nada mais havendo a tratar o presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se elaborou a presente ata, aprovada em minuta com a concordância de todos os elementos da assembleia presentes, sendo assim assinada nos termos da lei, e por essa via sujeita a ratificação em próxima assembleia. -----

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretario \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_